

Hoje
EM DIA

CADERNO DE

REPORTAGENS

reportagens@hojeemdia.com.br - BELO HORIZONTE, DOMINGO, 22/8/99 - PÁGINA 17

EXCLUSIVO → POBREZA EM MINAS PODE SER ERRADICADA COM R\$ 581 MI/MÊS - PÁGINAS 21 a 23

→ Pesquisa do IPEA e do IETS mostra que mais de 50% dos mineiros vivem abaixo da linha de pobreza

Dá para acabar com a miséria

LEIENE TAKAHASHI
REPORTER

A sensação é a seguinte: o estomago e a cabeça doem, vem a sonolência e a dificuldade de concentração. Vinte e quatro horas depois, os sintomas passam, mas os tecidos começam a ser queimados. Chega a vez das vísceras. Coração, fígado e rins não são poupados. A fraqueza toma conta, os cabelos caem, as unhas ficam enrugadas, a pele descama e a diarréia é espontânea. O mal tem nome: fome. Não precisa ser descrito para 22,9% da população de Minas Gerais. São

3,8 milhões de pessoas na indignância. Formam a base de um grupo bem maior, o dos 50,61% (8,5 milhões) da população total do Estado que vive abaixo da linha de pobreza. Esqueça o discurso fatalista. Tirar cada um deles da miséria custa R\$ 34,40 por mês. Um programa de R\$ 581 milhões mensais, o que equivale a 13,9% da renda geral do Estado, acabaria com a pobreza monetária em Minas.

O valor é calculado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) e pelo recém-criado Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Iets), que tem sede

no Rio de Janeiro. Economista do primeiro e coordenador do segundo, Marcelo Neri sustenta ser possível identificar e quantificar exatamente: qual a necessidade de cada cidade para execução de um "programa perfeito" de erradicação da pobreza monetária. R\$ 35,88 milhões, por exemplo, garantiriam o mínimo necessário, para tirar da linha abaixo da pobreza 28,56% dos belo-horizontinos.

Chegar a resultados como este é possível analisando a fotografia recente da pobreza brasileira, que os dois institutos tiraram do forno. O levantamento enfoca os municípios mais populosos de

Minas Gerais (confira arte), Rio de Janeiro e São Paulo. Dos três, o maior percentual de população pobre, considerando a população total dos estados, é do de Minas (50,61%). A pobreza atinge 32,59% da população do Rio e 24,55, da de São Paulo. Os números do Brasil chegam a 53,9% na proporção de pobres total no país.

Os institutos utilizam no trabalho a linha de pobreza da ONU. A organização considera o custo para suprir necessidades básicas - comida, moradia, transporte etc. Em valor atualizado em junho último, essa linha de pobreza equivalia a R\$ 149,00. A da indignância,

no mesmo mês, correspondia a R\$ 73,36 (só alimentação). O pesquisador salienta que a inovação básica do novo mapa da pobreza é combinar as duas últimas Pesquisas Nacionais de Domicílio (PNAD) do IBGE. São números de 1996 e 1997 - um avanço em meio aos levantamentos disponíveis baseados em dados de 1991. A combinação, frisa Marcelo Neri, garante mais densidade estatística às estimativas dos municípios.

Além de se aproximar da realidade atual, o estudo do Ipea e do Iets apresenta importantes indicadores para políticas de combate à pobreza. Dimensiona quantos são,

onde estão, como moram e detalha as características do chefe do domicílio e as do próprio. Permite várias leituras. E mostra, segundo Marcelo Neri, que Minas tem características bem nacionais. O nível de pobreza no país é de 54%, menos de quatro pontos percentuais acima do mineiro. O grupo de pobres tem mais peso entre as famílias chefiadas por mulheres (57,03% delas), negros (68,18%), na faixa de até 24 anos (64,07%), até um ano de escolaridade (78,09%), desempregado (85,80%), com um ano ou menos de tempo de trabalho (62,67%) e trabalhadores da agricultura (78,19%).

Assunto é resgatado

O combate à pobreza voltou para a pauta do dia. Dois anos após a morte do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, que mobilizou o país com sua Ação da Cidadania e aplacou a fome de milhares de brasileiros, o tema é resgatado. É assunto de projetos polêmicos, como do presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), até da iniciativa do governador Itamar Franco (PMDB) de reconstituir, em Minas, o Conselho de Segurança Alimentar (Consea) lançado quando era presidente. O conceito do programa mineiro, que abrange da política agrária até o controle da qualidade dos alimentos, gera expectativas.

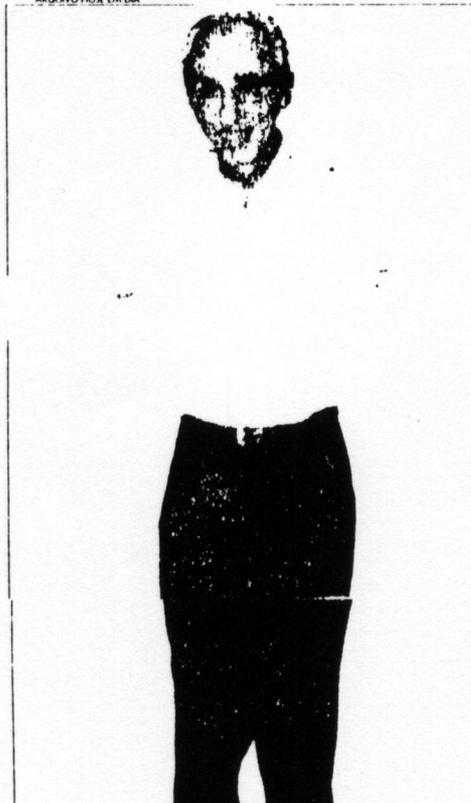
Tanto os representantes oficiais - 11 secretários estaduais, um da Assembléia Legislativa - como os 24 da sociedade civil, que se reúnem nos próximos dias 30 e 31, estão exatamente na fase de tentar identificar quais devem ser as prioridades emergenciais, de médio e de longo prazo do Consea. Pelo levantamento do Ipea e do Iets, é possível clarear o número e o perfil das pessoas na indignância e abaixo da linha de pobreza em Minas. Dá para saber, de cara, que 37% da população pobre moram nos 28 municípios mais populosos do Estado.

tem a maior proporção de pobres, entre os municípios listados, R\$ 1,67 milhão por mês "resolveria" o problema.

A área rural continua imbatível: concentra 50% dos pobres em Minas. Se ficarmos só nela, cresce para 81,81% o total de pessoas que sobrevivem com menos de R\$ 149,00 por mês. Uma olhada no perfil das características do domicílio mostra que nas cidades menores a pobreza é mais séria, aponta o coordenador do Iets, Marcelo Neri. As classificadas de urbana média e urbana pequena contribuem com 20,14% e 21,45%, respectivamente, para a pobreza total no Estado.

O estudo, que considera a renda domiciliar per capita, reforça a relação crescente da miséria com o aumento do número de dependentes da mesma renda. Quando a razão supera quatro, 86,50% ficam abaixo da linha de pobreza. Os pobres concentram-se também nas casas próprias em terrenos não próprios (73,44%) e moradias cedidas (74,42%). Dos pouco mais de dois milhões de mineiros que moram em casas

APROFUNDAR EM DIA



Minas se assemelha ao país

Minas Gerais, com seus 853 municípios, é bem parecida com a geral do Brasil. Os dados do estudo Ipea/Iets apontam na direção e os economistas da Fundação João Pinheiro Fernando Martins Prates e Olinto Nogueira, da equipe responsável pela pesquisa

do Atlas da Pobreza e Desigualdade, citam exemplos. "Percorrer Minas Gerais e como percorrer o território nacional: seus indicadores se aproximam da média nacional e as disparidades internas são quase do mesmo tamanho. Em 1991, 50% de sua população era pobre. Proporção que variava de 77% na região Jequitinhonha/Mucuri, 30% no Triângulo, 92% no pior município (Frei Gaspar) e 20% no melhor (Uberlândia)", compara Fernando.

O estudo da Fundação João Pinheiro, que define a linha de pobreza em meio salário mínimo per capita e trabalha com 18 indicadores de condições de vida, revela que as cidades abrigam as maiores desigualdades. Em 1991, a renda média familiar per capita na Região Metropolitana de Belo Horizonte era de apenas 1,77 salário mínimo. No pior bairro - região de Tirol, Teófilo e Melo, Vi-

João do Paraíso e 6,9%, em Belo Horizonte. Mas a mesma capital apresentava diferenças do índice, como 0,8% na região do Barroca e 29,9%, na da Favela Santa Lúcia. A esperança de vida ao nascer fazia jus ao nome no nobre Lourdes (73,7 - dez anos e alguns meses acima da média nacional), enquanto para os moradores do Morro Alto, não chegava aos 59 anos.

Os pesquisadores defendem que o assunto é complexo. Segundo eles, a proposta de atacar a pobreza não pode ser baseada apenas na proporção do número total de pobres. Não pode ignorar que primeiro é preciso definir qual pobreza quer erradicar, onde ela está concentrada e outros indicadores. Fernando observa, ainda, que as carências no país estão intimamente ligadas não só à desigualdade de renda. A igualdade não passa perto, também, quando os assuntos são riqueza e poder político.

Olinto Nogueira alerta que a leitura das pesquisas pode ser otimista ou pessimista. No primeiro caso, basta se agarrar à evolução dos índices de condições de vida do brasileiro. As coisas melhoraram nas duas últimas décadas se consideramos a renda, expectativa de vida ao nascer, taxa de analfabetismo e escolaridade. Mas o

Pobreza em Minas

28 MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS

Municípios	População total	Renda domiciliar per capita	Proporção de pobres	Quantia necessária para acabar com a pobreza*
Total Brasil	154.360.589	R\$ 240,233	53,95%	R\$ 6,6 bilhões
Total Minas	16.851.771	R\$ 247,45	50,61%	R\$ 581 milhões
Total dos 28 municípios	6.472.114	R\$ 330,57	37,02%	R\$ 146 milhões
Belo Horizonte	2.063.148	R\$ 455,23	28,56%	R\$ 36 milhões
Betim	216.495	R\$ 196,66	49,71%	R\$ 7,4 milhões
Brumadinho	20.433	R\$ 127,90	68,88%	R\$ 849 mil
Caeté	35.692	R\$ 118,08	70,90%	R\$ 1,7 milhão
Caratinga	138.620	R\$ 163,37	58,76%	R\$ 6 milhões
Contagem	547.643	R\$ 264,48	36,99%	R\$ 11,6 milhões
Divinópolis	167.4489	R\$ 336,16	23,62%	R\$ 2,1 milhões
Esmeraldas	106.120	R\$ 135,70	69,08%	R\$ 4,6 milhões
Governador Valadares	250.144	R\$ 223,96	47,74%	R\$ 7,3 milhões
Ibirité	140.968	R\$ 119,80	68,65%	R\$ 6,7 milhões
Igarapé	36.356	R\$ 170,88	61,51%	R\$ 1,4 milhão
Ipatinga	179.853	R\$ 408,19	25,38%	R\$ 2,9 milhões
Juiz de Fora	406.887	R\$ 345,58	31,80%	R\$ 7,4 milhões
Lagoa Santa	344.882	R\$ 224,10	48,30%	R\$ 1,1 milhão
Mateus Leme	35.996	R\$ 129,23	63,21%	R\$ 1,6 milhão
Montes Claros	311.011	R\$ 185,19	55,80%	R\$ 11,7 milhões
Nova Lima	554.135	R\$ 178,04	49,32%	R\$ 1,3 milhão
Pedro Leopoldo	38.362	R\$ 409,75	26,55%	R\$ 515 mil
Poços de Caldas	137.990	R\$ 388,57	21,62%	R\$ 1,3 milhão
Raposos	15.789	R\$ 166,55	34,11%	R\$ 388 mil
Ribeirão das Neves	189.922	R\$ 161,85	56,23%	R\$ 7 milhões
Sabará	114.483	R\$ 208,85	36,89%	R\$ 2,5 milhões
Sabinópolis	147.127	R\$ 194,29	48,88%	R\$ 3,9 milhões
Sete Lagoas	184.725	R\$ 340,07	40,96%	R\$ 3,7 milhões
Teófilo Otoni	125.837	R\$ 186,58	45,19%	R\$ 1,8 milhão
Uberaba	239.009	R\$ 339,68	27,42%	R\$ 3,2 milhões
Uberlândia	460.683	R\$ 445,49	24,02%	R\$ 5,5 milhões
Vespasiano	72.321	R\$ 164,97	47,05%	R\$ 2,2 milhões

(*) Dinheiro necessário para acabar com a pobreza monetária (valor de agosto de 1999 - R\$ 149,00)



Fonte: Marcão Nari, IUPERJ, com base em dados das PNADs 1996/1997 - IBGE, elaborado por IPEA-IETS

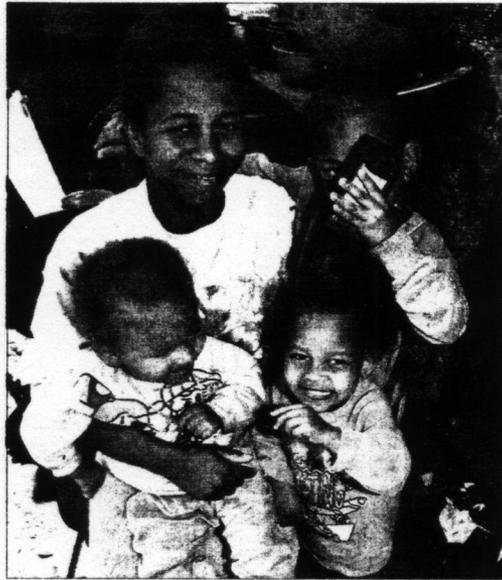
PERFIL

	População total	Renda domiciliar	População pobre	Contribuição para a pobreza total
Zona				
Núcleo metropolitano	2.001.355	R\$ 401,56	33,42%	7,12%
Periferia metropolitana	1.433.130	R\$ 171,52	56,77%	8,66%
Urbana grande	2.183.310	R\$ 292,40	26,47%	8,47%
Urbana média	4.088.455	R\$ 249,18	46,29%	20,14%
Urbana pequena	3.090.195	R\$ 155,26	65,24%	21,45%
Rural	3.924.483	R\$ 101,83	81,81	34,16%
Moradia				
Casa própria em terreno próprio	11.099.766	R\$ 218,19	55,44%	65,48%
Casa própria em terrenos não próprio	521.185	R\$ 155,91	73,44%	4,07%
Própria ainda pagando	592.439	R\$ 393,82	32,41%	2,04%
Alugada	2.142.802	R\$ 277,55	42,52%	9,70%
Cedida	2.276.916	R\$ 120,46	74,42%	18,3%
Outras condições	68.320	R\$ 121,65	72,50%	0,53%
Não especificado	19.500	R\$ 222,66	71,31%	0,15%

CHEFES DE DOMICÍLIO

	População	Renda domiciliar	Pobres	Contribuição para a pobreza total
Sexo				
Homem	13.602.326	R\$ 216,56	56,01%	81,08%
Mulher	3.118.602	R\$ 205,33	57,03%	18,93%
Raça				
Indígena	8.426	R\$ 278,40	38,54%	0,03%
Branca	8.897.425	R\$ 282,33	45,88%	43,44%
Preta	7.785.719	R\$ 135,80	68,18%	56,49%
Amarela	27.156	R\$ 516,32	15,11%	0,04%
Outros/não especificado	2.202	R\$ 152,53	0%	0%
Escolaridade				
Até 1 ano	3.385.686	R\$ 98,13	78,09%	28,13%
1 a 4 anos	3.916.612	R\$ 117,25	71,82%	29,93%
4 a 8 anos	5.557.355	R\$ 178,01	55,28%	32,69%
8 a 12 anos	2.857.055	R\$ 320,66	28,31%	8,61%
Mais de 12 anos	1.004.220	R\$ 885,43	5,97%	6,01%
Posição na ocupação				
Inativo	3.069.669	R\$ 208,46	55%	17,96%
Desempregado	353.927	R\$ 65,02	85,80%	3,23%
Emprego formal	40.577.106	R\$ 189,41	54,93%	23,72%
Emprego informal	25.531.358	R\$ 113,34	75,90%	20,44%
Conta-própria	4.120.113	R\$ 207,33	544,93%	24,08%
Empregador	872.926	R\$ 571,54	20,69%	1,92%
Funcionário público	1.210.366	R\$ 365,56	36,58%	4,71%
Não remunerado	505.463	R\$ 142,88	73,05%	3,93%
Outros/não especificado	0	0,00	0%	0%
Sector de atividade				
Agricultura	4.065.820	R\$ 115,27	78,19%	33,83%
Indústria	1.721.314	R\$ 223,09	47,86%	8,77%
Construção	1.480.048	R\$ 168,13	59,99%	9,45%
Serviços	4.814.380	R\$ 284,44	43,05%	22,06%
Sector Público	1.215.770	R\$ 371,95	36,37%	4,70%
Outros/não especificado	3.423.596	R\$ 193,63	58,18%	21,20%

CRISTIANO MACHADO



Rosilene **não sabe** o que os três filhos têm

Desnutrição persiste

A Vila Nova São José, região Noroeste, é um bom exemplo para se falar e exclusão em Belo Horizonte. Mais de 2,2 mil famílias vive aglomeradas no local, cortada por um córrego - que tem aparência de esgoto a céu aberto - e, em alguns locais cercadas por lixo. Integra certamente os 28,56% da população da cidade, que vivem abaixo da linha de pobreza. Um bom indicativo para se dimensionar as carências pode ser fornecido pelo centro de saúde local. A enfermeira Maria Márcia Silveira Barezani, informa que 291 crianças estão inscritas no programa de combate à desnutrição. O problema é que mesmo com a distribuição de farinha enri-

corre atrás de doações de cesta básica. "Quebra-galho", define.

A pequena Daniele não é a única a ter problemas de saúde na casa dos Nascimento. O filho mais velho, Michael, 5 anos, não fala direito. "É muito nervoso", segundo a mãe. O caçula, Mateus, 2 anos, também não anda. Rosilene acha que o atraso no andar é coisa dos meninos. Ela recorda que quando Daniele nasceu, ela estava anêmica. Tomou farinha enriquecida mas a menina largou o peito aos três meses. "Não teve jeito de aumentar leite", reconhece.

A farinha enriquecida é o recurso utilizado também por Zélia Gomes Pereira

→ Índice de população pobre em Belo Horizonte é de

Pobreza atinge a maioria

O nome Esmeraldas sugere preciosidade, mas o município da RMBH passa aperto. É o maior em extensão territorial e apresenta uma das piores taxas de pobreza, 69,0%. O secretário municipal da Fazenda e Planejamento, Cláudio Fraga, informa que a Prefeitura firmou contrato com a UFMG para elaborar o plano diretor e o diagnóstico dos problemas locais. Se o assunto é pobreza, Fraga arrisca que os piores índices estão concentrados nos loteamentos irregulares na periferia.

Uma volta no município confirma, em parte, o secretário. Para encontrar a doméstica aposentada Evangelina Pereira de Oliveira, 75 anos, não precisa ir longe. Viúva, reside no centro de Esmeraldas. Mora ela e "Deus". Para comprar mais do que arroz, feijão, remédios e pagar IPTU, dona Evangelina caminha uns três quilômetros - a maioria deles pela BR-040 -, em busca de

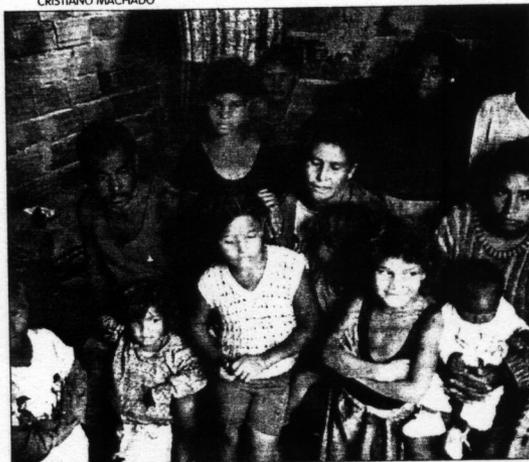
lenha. Volta equilibrando um feixe de uns 20 quilos. A lenha é, para ela, investimento certo. Quando aparece comprador, vende o feixe por R\$ 5. Quando não, abastece o fogão à lenha para economizar bujão de gás. Ela diz não sentir o peso da empreitada. Mesmo assim, traz marcas na testa. Há dois anos e quatro meses foi atropelada na rodovia. A lenha caiu sobre sua testa, e o sangue jorrou.

→ 69% da população de Esmeraldas vivem abaixo da linha de pobreza

Alguns quilômetros depois da área central, chega-se à região do bairro Pousada do Lago. Paredes sem acabamento, mais plástico do que vidro nas

janelas compõem o padrão das moradias, que não têm também abastecimento de água. Não é difícil encontrar famílias como a do poceiro José Reis Lisboa e da doméstica desempregada Maria Antônia Brito Lisboa. Dez filhos e dois netos dividem dois cômodos e o que o senhor José ganha, quando aparece

CRISTIANO MACHADO



Poceiro José Reis sustenta sozinho a família

serviço. O dinheiro que entra é trocado rápido por arroz e feijão. "Sal grosso dá para comer", afirma Antônia, que sonha com o programa Bolsa-Escola para manter seis dos filhos estudando.

No Bairro Novo Retiro, o desemprego campeia. Só na família do presidente da Associação Comunitária, José Mariano da Silva, são três: ele, a esposa Sônia Cristina da Silva Mariano

e o sogro Vicente Gonçalves da Silva. Têm se virado com bicos. Motorista, Mariano procura reequilibrar as despesas com o 1,5 salário mínimo que recebe em prestações de serviço. O valor representa um quarto do que ganhava. "Parei a construção da casa. Estou priorizando comida e o plano de saúde do meu filho (4 anos), que tem problemas respiratórios", revela a fórmula.

Poços reprová indignância

DA SECURSAL

POÇOS DE CALDAS - Conhecida pelo potencial de suas águas e pela beleza das serras, a cidade de Poços de Caldas, no Sul de Minas, nasceu e cresceu sob os olhos dos turistas. Hoje, possui uma população que se aproxima dos 150 mil. Para cada grupo de três

para o lugar de onde veio. É recolhido e reencaminhado quantas vezes insistir.

Conjuntos habitacionais tentam suprir a demanda dos que sonham sair do aluguel. Os terrenos só são entregues para mulheres chefes-de-família que comprovem residir na cidade há 15 anos. No caso das doações ou dos financimen-

MARGARIDA HALACCOCC

Para acolher pedintes e necessitados

LIGACÃO GRATUITA

Ligue 1532 Ronda Social

Prefeitura de Poços de Caldas, Secretaria Municipal de Assistência Social

→ Confira as maiores e menores **variações da pobreza** em Minas

Desigualdade é crescente no país desde os anos 80

Minas Gerais experimentou um crescimento invejável nos anos 70. A ditadura militar sufocava a política, mas o país aparentava sinais de desenvolvimento. Uma análise fria da perspectiva histórica mostra que os índices de pobreza caíram 46,50% no Estado. A redução nacional foi de 41,87%. A década do "milagre econômico" foi seguida pela "perdição". Os anos 80 entram para a história pelo crescimento da desigualdade e a queda de renda. A análise é do coordenador do Instituto de Estudos do Trabalho e da Sociedade (Iets) e economista do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea), Marcelo Neri, que recorre ao Atlas da Pobreza e Desigualdade - gerado a partir dos censos de 1970, 1980 e 1991 - para ilustrar a variação da pobreza e a tendência de longo prazo nos municípios "auto representativos" (entenda mais populosos).

Pelas informações contidas no

Atlas - publicado no ano passado pelo Ipea, Fundação João Pinheiro, IBGE e PNUD (ONU) -, o economista revela que de 1970 a 1991 a pobreza caiu 33,05% no país. A queda foi de 36,3% em Minas Gerais. A variação nos 28 municípios mais populosos do Estado foi mais significativa em Uberlândia, no Triângulo. A pobreza da cidade caiu 64,45%, sendo seguida por Poços de Caldas (56,85%), Nova Lima (55,44%), Uberaba (54,24%), Contagem (50,29%), Divinópolis (49,23%), Juiz de Fora (48,70%), Belo Horizonte (45,447%), Governador Valadares (41%) e Brumadinho (38,56%). Reduzindo a lista só aos dez primeiros municípios com maior variação, o destaque fica com a Região Metropolitana. Quatro estão localizados nela.

A listagem dos dez municípios que tiveram redução de pobreza menos significativa é liderada por Caratinga. O município da Zona da Mata teve queda de apenas 22,72%.

Sabinópolis e Teófilo Otoni, no Nordeste do Estado e no Vale do Mucuri, ocuparam o segundo e terceiro lugares. Apresentaram reduções de 23,96% e 24,83%, respectivamente. Na seqüência dos de menor variação na queda do número de pobres ficaram Esmeraldas (25,17%), Montes Claros (25,86%), Vespasiano (29,96%), Igarapé (30,44%), Ibirité (30,62%), Mateus Leme (31,85%) e Ribeirão das Neves (32,04%). Também no quesito, a RMBII se distingue. São dela seis dos colocados na lista de dez.

Marcelo Neri observa que os maiores pesos de redução de pobreza no período foram registrados nos anos 70. Mesmo como aumento da desigualdade na distribuição de renda, o crescimento per capita observado naquela década contribuiu para reduzir a pobreza no país. A taxa média de 7% de crescimento da renda per capita "possibilitou a incorporação ao mercado de trabalho de excedentes de mão de

obra até então marginalizados", analisa. As coisas poderiam ter sido melhores. Isto, se os mais

ricos não tivessem aumentado em um ponto sua participação na parcela da renda nacional, enquanto os mais pobres perdiam o mesmo um ponto.

Os anos 80 foram sofríveis para os pobres. O economista explica porquê. A renda per capita teve uma redução média de 0,4% por ano. A desigualdade aumentou: a parcela de renda dos 50% mais pobres caiu de 14% para 12%, enquanto os mais ricos abocanharam mais dois pontos percentuais (63% para 65%). Resultado: aumentou a pobreza no país.

CRISTIANO MACHADO



Consea tenta mapear exclusão

A soma de esforços e a abrangência do conceito têm seduzido os envolvidos na formação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), em Minas. Representantes do Governo e da sociedade civil vêm a iniciativa como a oportunidade para apresentar a cidadania aos 50,61% da população que vivem abaixo da linha de pobreza. Os membros do Consea tentam mapear a exclusão em Minas e as iniciativas existentes no combate à pobreza. Esses diagnósticos são algumas das solicitações a serem levadas pelo Fórum Mineiro de Segurança Alimentar na próxima reunião do Conselho.

Membro da executiva do Fórum, Jamil Amin Galuppo Mattar e Rogério de Souza, da Ação da Cidadania, antecipam que uma das preocupações é a definição de ações também a curto prazo. Querem saber, ainda, quantos são, quais e onde moram as pessoas a serem beneficiadas pelos projetos. As informações que o Fórum tem, no momento, apontam para a necessidade de ações emergenciais nos vales do Jequitinhonha e Mucuri.

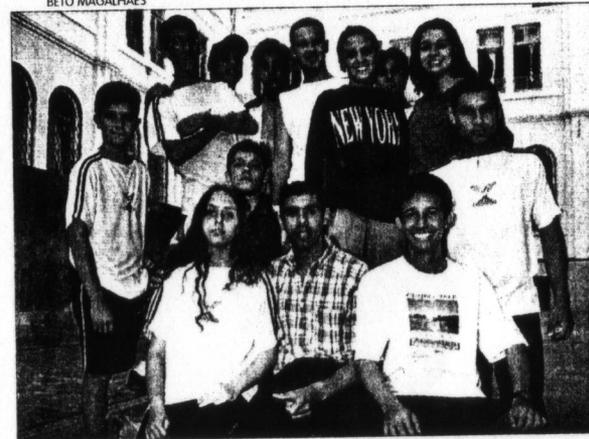
Jamil e Rogério chegam no Consea com a experiência nos comitês da Ação da Cidadania. Rogério está nesta história desde 1993, quando o tio Hebert de Souza, formou uma rede nacional de combate à fome.

Betinho morreu há dois anos. Os comitês, que somavam 380, não chegaram a 80 hoje. O primeiro deles no Estado, o do bairro Carmo-Sion, Zona Sul de BH, funciona hoje com cinco voluntários. Áurea Moreira Rocha é uma delas. Conta que as doações minguaram, mas o comitê mantém as ajudas a um grupo de assentados, em Governador Valadares, e a Creche Comunitária Nova Conquista, em Santa Luzia.

O pessoal do Fórum quer atrair mais pessoas. Está de olho em iniciativas como a do professor Paulo Rogério de Paiva Ferreira, do

Colégio Arnaldo, de BH. Ele é o idealizador do Grupo Vale, formado por 44 alunos e alguns professores. A turma visita cidades do Jequitinhonha, levando alimentos, roupas, brinquedos, arte e informações. É uma troca. O professor lembra que os alunos - filhos de classe média e média/alta - ganham no contato com a realidade do Vale. "É urgente a questão da formação da cidadania e o trabalho efetivo dos órgãos governamentais e da sociedade civil no combate à fome", tem ensinado, na prática, o professor aos alunos.

BETO MAGALHÃES



Grupo Vale soma esforços no Jequitinhonha

A doméstica aposentada Evangelina Pereira, 75 anos, moradora de Esmeraldas, na RMBH, carrega lenha para economizar no consumo de gás



BENILDO MENDES



Maria manda a filha à escola para se alimentar

Fome atinge milhares

DA SUCURSAL

MONTES CLAROS - O Norte de Minas está se transformando num dos bolsões de pobreza do Brasil, em razão principalmente das secas que acontecem ininterruptamente nos últimos cinco anos, segundo análise do coordenador regional da Emater, Reinaldo Nunes de Oliveira. O presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da Sudene (Amams), Ronaldo Mota Dias, estima que 50 mil famílias estão passando fome, este ano, no Norte de Minas. Só em Montes Claros, o secretário municipal de Ação Social, Sebastião Pimenta, aponta para 16 mil famílias nesta situação.

Encontrar pessoas sobrevivendo em condições abai-

A dona de casa Maria da Paz Rocha Santos, também moradora do Cidade Industrial, é outra personagem inserida no drama da miséria no Norte de Minas. Com 28 anos, ela se alimenta somente de arroz e feijão, além do café puro de manhã. Lembra que o marido, desempregado, tem uma renda máxima mensal de um salário mínimo. "Carne é coisa que não vemos. Não comemos isso", explica. Maria do Carmo Alves Santos, 33 anos, residente no mesmo bairro, também tem muitas histórias de privações para contar. Sua família

alimenta-se basicamente de arroz e feijão e quando sobra algum dinheiro, compra macarrão. A filha Graciele, de 10 anos, é mandada para a escola como forma de se alimentar melhor.

→ Só na cidade de Montes Claros, 16 mil famílias não têm o que comer

O secretário municipal de Ação Social, Sebastião

ARQUIVO HOJE



Cidade: tem bolsões de concentração da pobreza

GV ignora miseráveis

DA SUCURSAL

GOVERNADOR VALADARES - Encravada no Vale do Rio Doce e com economia voltada para o comércio, Governador Valadares não sabe quantos e quais são os seus miseráveis. O perfil econômico dos cerca de 230 mil moradores será traçado a partir deste mês, quando a Prefeitura Municipal começará um levantamento sócio-econômico do município. Os dados disponíveis foram apurados pelo Censo Demográfico do IBGE, no ano de 1991, e fazem parte do "Diagnóstico Municipal" elaborado pelo Sebrae no ano passado.

Segundo o IBGE, Valadares apresenta situação semelhante à encontrada em Minas Gerais, com maior concentração de chefes de domicílio com rendimentos abaixo de dois salários mínimos.

mente mais numerosos que no Estado, o correspondente é 9,9%. No Estado, são 7,7%.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH-M) de Governador Valadares apresenta crescimento constante desde a década de 1970, chegando a 1991 em patamares superiores aos registrados para a microrregião e mesmo para a média estadual. De acordo com a Fundação João Pinheiro, ao longo do período citado, o IDH-M de Governador Valadares cresceu 78,9%, tendo maior impulso durante a década de 70.

Dados do "Diagnóstico do Município de Governador Valadares", realizado no ano passado pelo Sebrae, apontam que em 1991 a cidade apresentava melhor desempenho que as outras unidades analisadas em todos os indicadores, exceto no item

→ Estudo do Ipea/Iets estima em 47,7% a população pobre no município

FERNANDO BARBOSA



Maria Custódia "queria fazer parte" da cidade

Indicadores 'enganam'

DA SUCURSAL

JUIZ DE FORA - Apontada pela Fundação João Pinheiro como uma das cidades que mais se desenvolveram nos últimos anos, Juiz de Fora tem indicadores que comprovam essa classificação. A população de 434 mil habitantes tem uma renda per capita de R\$ 6.246,00, expectativa de vida de 71,6 anos, e a média de escolaridade de 6,1 anos. As 307 escolas de primeiro e segundo graus têm 116.652 alunos, sendo que 95% das crianças entre 7 e 14 anos estão matriculadas. A população economicamente ativa é de 211.266 pessoas e o Produto Interno Bruto é de R\$ 2,7 bilhão.

Apesar dos indicadores positivos da economia, a cidade não está livre dos bolsões de pobreza. Ao lado

Para atender à população extremamente carente, a Amac mantém o Programa de Suplementação Alimentar, que abrange 27 regiões. Todos os dias, a Associação distribui sopa para 900 famílias, cerca de 4.500 pessoas, sendo esta a única refeição do dia. Nessa situação estão os moradores da Vila Caiçara, um aglomerado de 20 barracos de madeira localizado no final do bairro São Pedro, na cidade Alta. Maria Custódia Germano, 26 anos, desempregada e com dois filhos, conta ter sido forçada a invadir terreno particular por não ter como arcar com aluguel. Ela reconhece que está em condições subumanas. Na vila não chega água e luz, não passa ônibus e é difícil até retirar pessoas

→ Sopa é a única refeição do dia de 4.500 moradores da Vila Caiçara

doentes. Os táxis se recusam a fazer corridas para a vila.